

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.654 - PI (2019/0093169-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : WELLINGTON FEITOSA DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : FAMINIANO ARAÚJO MACHADO - PI003516
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **WELLINGTON FEITOSA DE SOUSA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, cuja ementa registra:

"HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO – FEITO COMPLEXO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA CONFORME PARECER MINISTERIAL.

1 - Observa-se que o processo apresenta certa complexidade, foi necessária a expedição de cartas precatórias, tanto para oitiva do paciente que se encontra preso na comarca de Altos, como para oitiva das testemunhas que residem em Parnaíba-PI, Suzano-SP e Itaquacetuba-SP.

Com efeito, isso autoriza exceder os marcos temporais constantes na legislação penal, até porque os prazos não podem ser analisados isoladamente, mas sim, relativizados de acordo com as necessidades do processo. Por outro lado, pelo histórico processual, e considerando que o processo se encontra aguardando audiência de instrução e julgamento em continuidade, designada para o dia 14 de março de 2019, entendo que, visto englobadamente, não há, ao menos por ora, excesso evidente de prazo na formação da culpa a ensejar constrangimento ilegal na segregação preventiva do paciente, uma vez que o feito na origem vem recebendo o devido impulsionamento.

2 - Eventuais condições pessoais favoráveis do agente não obstam a decretação da prisão preventiva, nem conferem ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória." (e-STJ, fls. 62-63).

Consta nos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJPI, que denegou a ordem (e-STJ, fls. 60-67).

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para formação da culpa, encontrando-se encarcerado há mais de oito meses.

Sustenta, ainda, ausência de motivação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva e destaca as suas condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, a revogação da custódia cautelar ou que seja colocado em prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba-PI, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator